



## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Memorando nº 184/2015-CVM/SMI/GME

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 2015.

De: GME

Para: SMI

**Assunto: Recurso contra aplicação de multa cominatória pela não entrega da Declaração Eletrônica de Conformidade de 2014 (DEC/2014) - Processo CVM RJ-2015-10432**

Senhor Superintendente Geral,

1. Trata-se de recurso interposto pela Cooperativa ECM dos Médicos e Demais Profissionais da Saúde, Engenharia, Arquitetura, Contabilidade, Administração e Economia de Erechim Ltda, contra a decisão da Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediários ("SMI") de aplicação da multa cominatória prevista no artigo 5º da Instrução CVM nº 510/11, pela não entrega, até 31/5/2014, da DEC/2014 (fl. 6). A citada multa, no valor de R\$ 12.000,00, refere-se à aplicação de multa diária de R\$ 200,00, calculada sobre 60 dias de atraso, nos termos dos artigos 12 e 14 da Instrução CVM nº 452/07.
2. Em seu recurso (fl. 1/5), o recorrente argumentou que (i) "não efetua a distribuição de qualquer fundo de investimento ou mesmo exerce qualquer atividade regulada pela CVM", (ii) não teria recebido a comunicação prévia de que trata o artigo 3º da Instrução CVM nº 452/07, e (iii) seria "desnecessário o envio da declaração de conformidade" numa situação de inatividade. Além disso, solicita a concessão de efeito suspensivo ao recurso e, ao fim, solicita o cancelamento da multa cominatória.
3. Como se sabe, o envio da DEC é obrigação imposta pelo artigo 1º, II, da Instrução CVM nº 510/11, a todos os participantes previstos no Anexo I daquela norma, estejam ou não atuando no mercado de valores mobiliários, e cujo prazo expirou em 31/5/2014.
4. Assim, nos termos do artigo 3º da Instrução CVM nº 452/07, foi expedida em 6/6/2014 notificação específica ao endereço eletrônico erechim@unicred-rs.com.br (fl. 7), constante à época nos cadastros do participante (fl. 8), com o objetivo de lembrá-lo do dever de envio do documento, e alertá-lo quanto ao descumprimento do prazo e a incidência, a partir de então, da multa cominatória diária.
5. Quanto às alegações do recorrente, entende a SMI que o recurso não deve ser acatado, pois, como sabido, a Declaração de Conformidade é devida por todos os participantes de mercado regulados e com registro ativo na CVM, mesmo que não estejam exercendo a atividade; e a comunicação prévia de que trata o artigo 3º da Instrução CVM nº 452/07 foi efetivamente realizada, conforme indicado pelo documento de fl. 7.
6. Além disso, também discordamos do pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso, pois a única consequência prática esperada na concessão de tal benefício seria, no caso, a não inclusão do participante no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal ("CADIN") enquanto não julgado o recurso. Entretanto, como essa inclusão ocorre apenas alguns meses após o

vencimento da multa, que sequer ainda ocorreu, não há qualquer razão para crer na existência de um "justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da decisão recorrida", condição essa necessária para a concessão desse efeito, como previsto no artigo 13, § 1º, da Instrução CVM nº 452/07.

7. Dessa forma, considerando ser responsabilidade do próprio participante manter atualizado seu cadastro na CVM, conforme artigo 1º, I, da Instrução CVM nº 510/11, é incontestado o cumprimento do disposto no art. 11, I, da Instrução CVM nº 452.

8. Por conclusão, em que pese os nossos esforços e apesar das notificações expedidas, o fato é que, como se comprova através da Posição de Entregas de Documentos (fl. 9), o envio do informe previsto no caput do artigo 1º, II, da Instrução CVM nº 510/11 não chegou a ser realizado em nenhum momento de 2014.

9. Em razão do exposto, defendemos que seja mantida a decisão recorrida, razão pela qual submetemos o presente recurso à apreciação do Colegiado, com proposta de que a relatoria do processo seja conduzida por esta SMI/GME.

Atenciosamente,

Daniel Walter Maeda Bernardo

Gerente de Estrutura de Mercado e Sistemas Eletrônicos - GME

De acordo. Ao SGE, com proposta de relatoria por esta GME/SMI.

Waldir de Jesus Nobre

Superintendente de Relações com o Mercado e Intermediários - SMI



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Walter Maeda Bernardo, Gerente**, em 15/10/2015, às 12:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Waldir de Jesus Nobre, Superintendente**, em 21/10/2015, às 11:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.cvm.gov.br/conferir\\_autenticidade](https://sei.cvm.gov.br/conferir_autenticidade), informando o código verificador **0050750** e o código CRC **543F53CB**.  
*This document's authenticity can be verified by accessing [https://sei.cvm.gov.br/conferir\\_autenticidade](https://sei.cvm.gov.br/conferir_autenticidade), and typing the "Código Verificador" 0050750 and the "Código CRC" 543F53CB.*